ECOFEMINISMOS EM PRODUÇÕES ACADÊMICAS BRASILEIRAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Laryssa Virgílio Pereira de Araújo[1]
Marlécio Maknamara da Silva Cunha[2]

Resumo: Este artigo apresenta uma pesquisa baseada em levantamento bibliográfico, do tipo revisão sistemática da literatura, realizada em repositórios online como a Plataforma Fracalanza do Projeto EArte, o EPEA e a ANPED. O objetivo foi mapear as produções acadêmicas brasileiras no campo da Educação Ambiental (EA) que abordam os Ecofeminismos, considerando trabalhos de conclusão de pós-graduação e artigos publicados. A partir de uma revisão da literatura, buscou-se compreender como as relações entre Ecofeminismos e EA têm sido exploradas no meio acadêmico. Os resultados evidenciam que o ecofeminismo se configura como uma vertente teórica promissora dentro da Educação Ambiental.

Palavras-chave: Ecofeminismos; Educação Ambiental; Produções Acadêmicas.

Abstract: This article presents a research study based on a bibliographic survey, specifically a systematic literature review, conducted in online repositories such as the Plataforma Fracalanza of the EArte Project, EPEA, and ANPED. The objective was to map Brazilian academic productions in the field of Environmental Education (EA) that address Ecofeminism, considering postgraduate theses and published articles. Through a literature review, the study aimed to understand how the relationship between Ecofeminism and EA has been explored in the academic context. The results demonstrate that ecofeminism stands out as a promising theoretical approach within Environmental Education.

Keywords: Ecofeminisms; Environmental Education; Academic Productions.

[1]Universidade Federal da Paraíba. E-mail: virgiliolaryssa@gmail.com, Link para o Lattes: https://lattes.cnpq.br/4441102640109219

[2] Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail:maknamaravilhas@gmail.com. Link para o Lattes:http://lattes.cnpq.br/2947750321164221

Introdução: Primeira Remada

Mulheres, luta, reivindicação, feminismos, antimachismo, antissexismo, antifeminicídio, resistências, direitos, territórios, afetos, consciência crítica, justiça social e ambiental, economia verde, mulheres e terra, transformação social… esses são alguns termos que surgem quando o que está em jogo é a Educação Ambiental (EA) e os Ecofeminismos. Esses termos, tão carregados de significado, chegaram até nós aos poucos, como um vento suave que sussurra segredos que, com o tempo, se tornam importantes para a jornada. Sempre fomos pessoas curiosas, com um desejo insaciável de entender o que move o mundo, de descobrir o funcionamento profundo desta grande máquina chamada sociedade. Nossa alma aventureira nos conduziu até aqui, até esse ponto onde somos não apenas professor/a, pesquisador/a e estudante, mas também aspirante a cartógrafos, navegando por mares desconhecidos, onde a EA se entrelaça aos Ecofeminismos.

Agora, diante de mais uma viagem, sentimos o coração pulsar com a emoção de quem parte rumo ao desconhecido. Não sabemos exatamente onde essa jornada nos levará, mas temos o desejo de atravessar mares calmos e turbulentos, seguir por rios de correntezas violentas e águas gélidas. Ao mesmo tempo, queremos nos perder nas trilhas e, nesse perder-se, encontrar novos caminhos, traçar uma rota própria, única. Não pensamos em abandonar a bússola, ela será sempre nossa guia. Colocamos o material necessário na mochila e, com um mapa nas mãos, sentimos que estamos preparados/a para o que está por vir. O mapa tem o tamanho exato para a caminhada que já iniciamos e que, talvez, um dia, será apenas uma linha na imensa cartografia da vida.

Antes de abrir o mapa e nos lançarmos de vez nessa aventura de explorar os territórios da EA e com os encantos dos Ecofeminismos, decidimos que seria necessário aprofundar os estudos sobre esses caminhos que escolhemos seguir. Desejamos compartilhar um pouco desse percurso, pois acreditamos que toda viagem planejada e estudada pode revelar maravilhas, desde que se saiba como olhar. Este texto apresenta uma pesquisa baseada em levantamento bibliográfico, do tipo revisão sistemática da literatura, realizada em repositórios online, como a Plataforma Fracalanza do Projeto EArte (Estado da Arte da Pesquisa em Educação Ambiental), o EPEA (Encontro Pesquisa em Educação Ambiental) e a ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). O objetivo central foi mapear as produções acadêmicas brasileiras no campo da EA que abordaram os Ecofeminismos, a partir de trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação e artigos publicados. A pesquisa teve como ponto de partida uma revisão da literatura, com o intuito de compreender como as relações entre os Ecofeminismos e EA têm sido abordadas no contexto acadêmico. Durante o percurso desta investigação, algumas perguntas nos guiaram: De onde partem essas investigações? Quais são as principais ênfases teóricas presentes nesses estudos? Como os Ecofeminismos têm repercutido no campo da EA?

Nós argumentamos que o ecofeminismo configura-se como uma vertente teórica promissora dentro do campo da EA, especialmente por sua capacidade de tensionar e superar perspectivas estritamente técnicas ou ecocêntricas. Ao evidenciar as conexões históricas entre a exploração ambiental e as múltiplas formas de opressão, como as de gênero, raça e classe, essa abordagem amplia os horizontes da EA. Em vez de tratar o meio ambiente como um objeto isolado de estudo, os ecofeminismos propõem uma compreensão integrada e ética das relações entre seres humanos e natureza, orientando práticas educativas comprometidas com a justiça socioambiental.

Ao abordar a EA, propõe-se que suas águas calmas sejam agitadas por ventos críticos, capazes de provocar ondas que desestabilizem rotas tradicionais. A metodologia adotada não busca apenas navegar em mares já conhecidos, mas lançar âncoras em territórios movediços, onde o pensamento se desloca e se reinventa. Os resultados obtidos, mais do que simples mapas de percurso, funcionam como marés que anunciam essa agitação: não pretendem apenas relatar o que foi encontrado, mas revelar o movimento que faz emergir novas correntes no campo.

O artigo está organizado em quatro partes: Referencial Teórico, onde apresentamos uma breve discussão sobre os conceitos de EA e Ecofeminismo. Metodologia, na qual descrevemos o estudo e a análise realizada nos repositórios. Discussão e Resultados, onde fazemos a análise do campo de pesquisa, categorizando os trabalhos mapeados. Considerações Finais, trazendo as conclusões a partir dos resultados obtidos. Antes de expor o mapa traçado, que foi desenhado, pintado e riscado com os trabalhos mapeados nesse levantamento, é importante pontuar algumas noções do que entendemos por Ecofeminismos e EA.

Rotas teóricas: Navegando entre Conceitos

Neste processo de nos tornarmos cartógrafos e cartógrafas, aprendemos que não há como desbravar novos territórios, mapas, rios ou mares sem antes conhecer o que aqueles e aquelas que vieram antes de nós descobriram, investigaram e dialogaram ao longo do tempo. Em nossa jornada, temos dialogado e aprendido conceitos com o grupo de pesquisa do qual fazemos parte. Ao escrever este texto, sentimo-nos parte de uma tripulação que, juntos, temos desbravado mares desconhecidos, explorado águas profundas, enfrentado tempestades e nos reconhecido como filhos e filhas do mar.

Cada pesquisa dentro do nosso grupo aponta para uma direção diferente, mas, juntos/as, temos aprendido a mapear novas rotas para esse campo. Assim, esta pesquisa faz parte de um movimento maior, que se entrecruza com outros mapas de conhecimento. Além disso, temos explorado e nos utilizamos dos territórios do pensamento das teorias pós-críticas. No nosso grupo de navegantes, entendemos a EA como "uma das mais importantes exigências educacionais contemporâneas, não só no Brasil, mas no mundo" (Reigota, 1998,

p. 58), à luz das teorias pós-críticas em Educação. E como em Maknamara (2012, p.10) uma EA como prática de desconstrução de clichês de práticas de EA.

As perspectivas pós-críticas “destacam nossa imersão em emaranhados de relações e práticas moldadas discursivamente e evidenciam os diversos artefatos e processos que atribuem significados a lugares, objetos, fenômenos, práticas e sujeitos” (Maknamara, 2021, p. 205). Aprendemos que as teorias pós-críticas “constituem sistemas abertos, compostos por linhas variadas; elas também compõem linhas, tomam emprestado algumas e criam outras” (Paraíso, 2004, p. 2). Assim, “não se agradam de explicações universais, nem de totalidades, nem de completudes ou plenitudes” (Paraíso, 2004, p. 4). Vale ressaltar que “as pesquisas pós-críticas em educação no Brasil têm questionado o conhecimento (e seus efeitos de verdade e de poder), o sujeito (e os diferentes modos e processos de subjetivação), os textos educacionais (e as diferentes práticas que estes produzem e instituem)” (Paraíso, 2004, p. 5).

A concepção de EA que adotamos rompe com uma visão tecnicista, que se limita a difundir e repassar conhecimentos. Em consonância com Gaudiano (2005), entendemos a EA como a emergência de um campo. Reigota (2009) a descreve como uma educação política que reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania, autogestão e ética nas relações sociais, visando a sobrevivência das espécies naturais e da humanidade. Concordamos com Grun (2005) de que os problemas ambientais estão sempre inscritos em uma perspectiva histórica que nos ultrapassa amplamente. E com Carvalho (2004, 2009), que afirma que a EA atua como mediadora na construção social de saberes comprometidos com a vida dos cidadãos, abordando as questões urgentes de nosso tempo. A EA deve refletir criticamente sobre as relações entre sociedade e natureza, intervindo nos problemas e conflitos ambientais (Carvalho, 2004). Nesse sentido, ela é um artefato construído "dentro de uma dinâmica de forças sociais e culturais, poderes e contrapoderes, num círculo de interlocução, onde o destinatário também constitui o artefato que lhe é endereçado" (Carvalho, 2004, p. 16). Para nós, a EA é essencial para a formação de sujeitos contemporâneos, com o objetivo de construir uma "cultura política ambiental" (Carvalho, 2004, p. 19).

Em nossa jornada pelo mar do conhecimento, os ecofeminismos se revelaram como uma bússola que nos guia para entender as águas turbulentas que permeiam as questões de gênero e ambientais. Ele nos mostra que a opressão das mulheres e a exploração ambiental não são mares separados, mas correntes entrelaçadas, ambas originadas nas estruturas patriarcais de poder que ainda nos governam. Como apontam Mies e Shiva (1998), a opressão das mulheres e a destruição do meio ambiente compartilham uma raiz comum no patriarcado e no capitalismo, que transformam tanto a natureza quanto as mulheres em objetos a serem explorados. Merchant (1980) também nos alerta sobre a crescente separação entre homem e natureza, um desmembramento que fortalece a dominação, não só sobre o meio ambiente, mas também sobre as mulheres. Já Plumwood (1993) oferece uma visão crítica ao apontar que os

dualismos razão/natureza, homem/mulher são as correntes invisíveis que sustentam hierarquias de poder e perpetuam essa opressão.

Navegando por essas águas, percebemos que o ecofeminismo vai além. Ele questiona a influência da globalização e do capitalismo, que alimentam as desigualdades de gênero e aprofundam a exploração ambiental. Agarwal (1992) revela que o desenvolvimento atual marginaliza as mulheres, especialmente nas regiões rurais e indígenas, ao mesmo tempo em que impõe uma exploração insustentável dos recursos naturais. O ecofeminismo, então, apresenta-se como um farol que propõe a mudança nas velas da nossa sociedade, defendendo um novo rumo, mais justo e equilibrado, onde mulheres e natureza sejam vistas como parceiras, com direitos e interdependências reconhecidos, rumo a um mundo mais sustentável e equitativo.

O Traçado de um Mapa

Cartografar, para nós, é uma prática investigativa exploratória, aberta e experimental, que ocorre em movimentos de multiplicação de significados (Gurgel e Maknamara, 2022). Concordamos com Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011) ao caracterizarem a cartografia como rizomática, múltipla e esquizoanalítica, composta por “linhas, espaços, devires” (Deleuze, 2013, p. 47-48). Nesse contexto, entendemos que “cartografia é uma prática investigativa dos encontros” (Gurgel e Maknamara, 2022, p. 8). Compartilhamos a visão de Rolnik (1989) de que a cartografia, enquanto metodologia, é a experimentação do pensamento; ela explora as produções como mapas de territórios, sem um conceito fixo. Ao nos apropriar de conceitos, a cartografia como metodologia de pesquisa abre novos caminhos, cria saídas e rompe com a unilateralidade de uma pesquisa engessada. Integrar essa prática cartográfica com a Educação Ambiental oferece a oportunidade de questionar o que os empreendimentos teóricos que sustentam nossas investigações têm permitido ou não, como apropriado.

Olhamos para o mapa com os olhos de cartógrafos, que pulsamos e vibramos “é ao mesmo tempo inquieto, penetrante quando se fixa, móvel, constantemente espiando” (Nunes, 1981, p.40-41). Desconfiamos do que é tido como fixo e escolhemos o devir. Nossos olhos estão espalhados por todo o corpo, se desterritorializam para o devir. Nosso olhar como cartógrafos, ao enxergar o que vem sendo produzido na academia sobre o ecofeminismo, choca-se com o já feito. Para iniciar a exploração assimétrica do território, queremos mostrar como construir os mapas e o que encontramos nesta caminhada. “Encontrar é achar, é capturar, é roubar” (Deleuze; Parnet, 1998, p. 6). Regidos pelo que sentimos, por nossas ações cotidianas e pelo que nos atravessa ao vivermos o cotidiano ecofeminista, propomos desenhá-los e pintá-los.

Ao nos movimentarmos enquanto cartógrafos, em um sopro de coragem, deixamo-nos livres ao poder de afetar e ser afetados, ao devir-ecofeminista. Fizemos um mapeamento de territorialização das linhas, que indica movimentos

de desterritorialização, como “elementos heterogêneos, díspares, fazendo surgir algo de novo, que não se pode reduzir a nenhum dos elementos isolados que o compõem” (Tadeu, 2004, p. 157). No movimento da pesquisa enquanto cartógrafos, ao realizarmos o estado da arte nas produções científicas no campo da EA com os Ecofeminismos, encontramos corpos, ideias, ações e desejos em modo nômade. Deparamos-nos com pedras, buracos, elevações repletas de inclinações, “entre elas encontros clandestinos, conexões insuspeitadas, agenciamentos notáveis” (Oliveira e Paraíso, 2012, p.172).

Ondulação 1 – Desenho em Movimento

Nesta pesquisa, os desenhos que fazemos com os traços do mapa são vistos aqui como “pensar e ser são uma coisa só” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 34). Como cartógrafos ecofeministas e ativistas da EA, temos nos interessado veementemente pelo que tem sido discutido por nossos pares sobre o tema em questão. Com olhos de cartógrafos, buscamos detectar com qual força exterior atual nosso objeto de pesquisa “faz passar alguma coisa, uma corrente de energia” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 62). Desbravando o mapa que decidimos traçar, escolhemos três pontos para visitar: iniciamos a caminhada pelo mapa com o Projeto Fracalanza (Eart), depois o EPEA e, em seguida, ANPED. Isso não determina um ponto final, mas marca o início de uma aventura.

Os três primeiros pontos que traçamos neste mapa são reconhecidos por funcionarem como importantes repositórios do campo da EA. Chegar a esses lugares que nos propusemos a conhecer nos colocou em uma posição de nos deixar afetar pelo que poderíamos encontrar ou sentir a ausência daquilo que esperávamos. Nós carregamos o sentimento de desejo, para experimentar e identificar as produções científicas que debatem o ecofeminismo, e para fazer da pesquisa uma experimentação com diferentes modos de fuga que escapam, além de observar as possíveis forças que elas tentam captar. Na cinesia de entrar no território dos repositórios como cartógrafos, escolhemos nossas ferramentas para investigar o lugar, por isso optamos por definir a palavra-chave: ecofeminismo, que funcionou como descritor para procurar nos títulos, resumos e palavras-chave das produções científicas. Para encontrar o que nos interessava, buscamos os trabalhos nos repositórios utilizando essa palavra-chave; em seguida, analisamos a elegibilidade das produções por meio de uma leitura preliminar, considerando os critérios de inclusão e exclusão. Também coletamos e extraímos dados para capturar as informações pertinentes para realizar a análise e discussão proposta por Okoli (2019).

Chegando ao primeiro ponto de parada para exploração do local conhecido como Plataforma Fracalanza, nos deixamos abertos para sentir a potência do pensamento. Neste momento, compreendemos que essa pesquisa não é um fazer linear, mas um deslocamento do pensamento que não cessa de escapar. Ao usar a ferramenta escolhida no campo de busca do repositório online com o descritor ecofeminismo, apareceu um total de cinco (5) produções. Estávamos dispostos a conhecer o que foi produzido antes de chegar até aqui,

portanto não houve critério quanto ao ano de publicação dos trabalhos que apareceram na plataforma. Decidimos que os critérios de inclusão consistiam em trabalhos que apresentassem o ecofeminismo como foco, enquanto os critérios de exclusão descartavam aqueles que apenas o citavam no corpo do texto, sem ser o objeto principal.

Ao descobrir os primeiros textos sobre o ecofeminismo já na primeira parada, tomamos fôlego para continuar a caminhada que começava a tomar forma; neste momento, encontramos algumas pedras pelo caminho, mas escolhemos passar por cima delas. No segundo ponto de parada traçado no mapa, foi necessário um pouco mais de paciência e atenção, pois esse repositório apresenta muitas páginas para acessar, cada página correspondendo a um ano em que aconteceu o EPEA. Era quase como um livro cheio de capítulos, e estávamos prontos para devorá-los com uma boa xícara de café. Ao chegarmos ao repositório do EPEA, acessamos uma página por vez, utilizando o mesmo descritor para a busca dos trabalhos. Esse território nos apresentou a "vontade de viver, de durar, de crescer e intensificar a vida" (Oliveira e Paraíso, 2012, p.165), ao sermos afetados pelo que encontramos nas produções, totalizando seis (6) trabalhos.

Quando finalizamos a exploração no território do EPEA, partimos para o último ponto traçado neste mapa e iniciamos o reconhecimento do solo da ANPED, optando por desbravar as produções existentes nas reuniões regionais e nacionais. Ainda utilizando o mesmo descritor para buscar as produções acadêmicas concentradas no Grupo de Trabalho 22, que faz referência ao campo da EA. Nesse solo, como cartógrafos, descobrimos na ANPED nacional três (3) produções e na regional cinco (5), totalizando oito (8) trabalhos. Ao concluir a primeira etapa do traçado do mapa, à qual nos dedicamos com atenção e compromisso para investigar o que as produções acadêmicas revelam quando o tema é o ecofeminismo nos repositórios do campo da EA, percebemos o quanto realizar esse movimento como cartógrafos nos inspira a continuar conhecendo ainda mais, com todos os olhos do nosso corpo que vibra e pulsa, o que essas produções despertam ou não quando pensamos em modos de vida "para extrair devires contra a História, vidas contra a cultura, pensamentos contra a doutrina, graças ou desgraças contra o dogma" (Deleuze, 2010, p. 37).

Agora, esquecemos a bússola, não olhamos a rosa dos ventos, quem dirá o GPS, para nos permitir criar as coordenadas geográficas necessárias para continuar o mapeamento dessa pesquisa. Encontramo-nos em um local do mapa que é um espaço de experimentação e invenção, e entendemos que "é um incêndio; destrói e (re)constrói" (Oliveira e Paraíso, 2012, p. 166). Nos colocamos a conhecer, identificar e comunicar de onde partem essas investigações; suas instituições de origem; ano de publicação; regiões brasileiras que as produziram; e o tipo de publicação. Após isso, organizamos os trabalhos em agrupamentos de afinidades temáticas. Conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Bases digitais utilizadas na pesquisa

Bases digitais	**Quantidade de trabalhos**		
ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação	Regional	3	8
	Nacional	5	
EPEA- Encontro Pesquisa em Educação Ambiental	6		
Plataforma Fracalanza (Projeto Eart)	5		
Total de trabalhos	**19**		

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Após acessarmos os territórios da ANPED, EPEA e Plataforma Fracalanza com o descritor **"Ecofeminismo"**, utilizado para o mapeamento do material empírico, lançamos o termo na barra de busca dos respectivos repositórios. Iniciamos a leitura dos resumos dos trabalhos, o que constituiu a etapa de elegibilidade dos estudos, considerando os critérios de inclusão e exclusão do material para análise. Não definimos um recorte temporal para a investigação. É importante ressaltar que 1 (um) link no qual constava uma produção não abriu na web. Portanto, contabilizamos neste trabalho o total de 18 (dezoito) trabalhos encontrados. Para a coleta e extração dos dados, optamos por organizar as informações em um **Google Forms**, a fim de sistematizar os elementos extraídos dos trabalhos: título do trabalho, ano de publicação, formato, instituição de origem, tipo de trabalho, objetivo do trabalho, referencial teórico e resultados.

Analisamos e discutimos os seguintes indicadores: a) ano de publicação do trabalho, b) formato dos trabalhos, c) trabalhos produzidos para titulação na pós-graduação (tese, dissertação), d) instituição de origem. Nesse movimento de coleta e extração de dados, realizamos inferências qualitativas à medida que interpretamos os trabalhos e os confrontamos com outras pesquisas já presentes na literatura. Também utilizamos inferências quantitativas, que nos auxiliaram na interpretação dos dados por meio do cálculo de porcentagens e contagem dos elementos relacionados aos indicadores. A análise e discussão do material empírico foram construídas a partir da descrição dos dados identificados nos dezoito (18) trabalhos que compuseram o corpus de análise, por meio de interpretações e diálogos estabelecidos com os referenciais teóricos da área. Esse quantitativo de trabalhos foi localizado em três (3) repositórios online.

Cruzando Caminhos: Navegando pelos Resultados na Rota das Discussões

O mar, "o mais ininteligível das existências não humanas" (Lispector, 1964), é uma presença que se revela tanto no som que ecoa à sua borda quanto no silêncio profundo que predomina no vasto oceano, visível a todos. Em alto-mar, as margens desaparecem, dissolvendo-se no infinito. "Lá ou aqui, forças de velocidade infinita inundam a vida" (Oliveira e Paraíso, 2012, p.166). Nesta navegação, vamos compartilhar o que encontramos nos mares que percorremos, por meio das discussões que emergem a partir dos resultados dos territórios que exploramos. Para apresentar os resultados da nossa primeira navegação, vamos expor o que encontramos em relação à quantidade de pesquisas por instituição de origem, levando em consideração os três repositórios utilizados na investigação.

A partir da nossa primeira navegação, podemos informar qual é a universidade brasileira que mais produziu pesquisas no campo da EA sobre ecofeminismos, com base nos dados obtidos através do mapeamento. Identificamos que a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) lidera as pesquisas brasileiras em EA sobre ecofeminismos, com sete produções acadêmicas. O número cai para duas produções na UNIRIO e na UFES. Já a UFTM, UFOP, UFPR, UNIVALI, UNB, UFSCAR e UNESP registram uma produção cada. Há ainda um trabalho sem identificação da instituição. No total, contabilizamos 18 produções.

Após embarcarmos na primeira investigação, que nos revelou as instituições de origem, fomos tomados pela curiosidade de explorar os mares do tempo, buscando entender os anos de publicação e a quantidade de trabalhos surgidos a cada ano. Essa travessia se deu pela necessidade de compreendermos quando o debate sobre o ecofeminismo no campo da EA começou a ganhar força, quantas pesquisas sobre o tema foram publicadas ao longo do percurso e como elas se manifestam nos repositórios que escolhemos como nosso porto de pesquisa. Além disso, buscamos observar se o fluxo das publicações em determinados anos poderia estar conectado aos ventos que sopraram na área da educação, ou se não havia relação alguma com os acontecimentos no horizonte.

Nesta segunda jornada, navegamos pelas águas das publicações, contabilizando 19 produções acadêmicas entre 1998 e 2023. O recorte temporal não foi definido previamente; deixamo-nos levar pelo que os mares da pesquisa revelaram durante o mapeamento. Nos primeiros anos 1998, 2001 e 2003 surgiu apenas um trabalho em cada. Já em 2013, 2019 e 2020, as marés trouxeram de 2 a 5 publicações anuais. Entre 2013 e 2020, o Brasil registrou um expressivo aumento nas produções feministas, possivelmente impulsionado pela “quarta onda feminista”, marcada pela mobilização digital, diversidade de pautas e organização em coletivos (Perez & Ricoldi, 2023). Em 2022, 49% da produção científica brasileira teve ao menos uma mulher entre os autores, sinalizando maior inclusão feminina na pesquisa (Elsevier SCOPUS & Metodologia

Namesor, 2022). O artigo de Karoline Alves e Valéria Iared *Ecofeminismo e a formação do sujeito ecológico: revisão da bibliografia recente (2013 a 2023)*, publicado na *Revista Pemo* em 2024 evidencia o destaque do ecofeminismo na EA, ao relacionar opressão de gênero e degradação ambiental, e aponta sua crescente adoção nos estudos ambientais.

Em 2023, o número de publicações caiu para apenas uma, sem registros em 2024. Esse declínio pode ter múltiplas causas, internas ao meio acadêmico ou externas, ligadas ao contexto social e político. À medida que novas rotas se abriam e os ventos impulsionavam nosso barco, crescia a curiosidade em mapear a distribuição dos trabalhos pelas regiões brasileiras. Como cartógrafas(os), descobrimos que o Sul lidera, com 9 pesquisas, seguido do Sudeste, com 8, e do Centro-Oeste, com apenas 1.

A maior concentração de trabalhos nas regiões Sul e Sudeste não significa ausência de produções no Nordeste e no Norte. É importante lembrar que este mapeamento se baseia em três repositórios e que a região Sul possui um número maior de universidades, o que pode explicar a quantidade mais elevada de pesquisas. Além disso, o Nordeste, historicamente marcado por estruturas machistas e infelizmente reconhecido como a região com maiores índices de feminicídio no país, revela essa realidade não apenas por meio de estatísticas e notícias, mas também através de movimentos sociais e de sua própria trajetória histórica.

A concentração de pesquisas ainda se deve à presença de grupos consolidados em várias universidades brasileiras, como UNICAMP, UFRJ, UFMG, UNESP, UFSC e UFPR, dedicados aos estudos em educação ambiental, gênero e ecofeminismo. No Norte e Nordeste, predominam programas de pós-graduação voltados a áreas tradicionais da educação e ciências ambientais. A falta de especialização em temas como ecofeminismo limita a produção acadêmica nessas regiões. Essa descoberta em alto-mar sacudiu nosso barco, não com medo, mas com coragem e curiosidade para explorar novas possibilidades. Decidimos, então, alterar a rota para contemplar de forma mais ampla a diversidade dos trabalhos encontrados.

O formato mais comum é o artigo científico, com 14 produções, enquanto teses de doutorado e dissertações de mestrado somam apenas 3 trabalhos. Isso ocorre porque artigos permitem uma publicação mais rápida, facilitando a divulgação das descobertas. Já teses e dissertações demandam pesquisas mais longas e aprofundadas. Além disso, o sistema acadêmico brasileiro valoriza a produção de artigos para a avaliação dos programas de pós-graduação.

Navegando pelas palavras: produções ecofeministas

Com esse mapa repleto de palavras e ideias em mãos, decidimos, como quem ajusta as velas para seguir em direção ao horizonte, agrupar os estudos em três eixos centrais do ecofeminismo. A partir das primeiras leituras e anotações feitas durante essa jornada, foi possível delinear essas áreas da

seguinte forma: *Experiências Ecofeministas na Educação Ambiental (6 trabalhos); Ecofeminismo como Dispositivo para Lutar Contra as Desigualdades Ambientais e sociais (5 trabalhos); e Teorias e Filosofias do Ecofeminismo na Educação Ambiental (7 trabalhos).* Para construir este agrupamento, navegamos pelas águas das palavras, explorando os resumos dos trabalhos, os capítulos metodológicos, os levantamentos de dados e as conclusões finais. Como cartógrafas atentas ao rumo das correntes, fomos cuidadosamente observando as conexões entre os elementos que emergiram dessas leituras. Organizamos os trabalhos em grupos que, como navios-irmãos, se encontram em mares de similaridades quando os Ecofeminismos se colocam no centro do debate no campo da EA.

I- Experiências Ecofeministas na Educação Ambiental

Este grupo foca exclusivamente nas práticas pedagógicas e experiências concretas que envolvem o ecofeminismo, destacando como as mulheres estão diretamente engajadas em práticas de EA em suas comunidades, com ênfase na transformação social local. Com 6 (seis) produções acadêmicas das autoras: Oliveira, Pelacani e Sánchez (2019); Oliveira e Sánchez (2021); Marques et al. (2019); Schlee, Henning e Ribeiro (2020); Ramos (2020); e Silva (2001).

Uma das principais linhas comuns entre os trabalhos é a valorização dos conhecimentos tradicionais e comunitários, que aparecem como alicerces para formas alternativas de ensino e resistência. Pesquisas como as de Oliveira, Pelacani e Sánchez (2019), Oliveira e Sánchez (2021) e Marques et al. (2019) enfatizam como práticas enraizadas em saberes locais e experiências de vida possibilitam o enfrentamento das desigualdades socioambientais e fortalecem a educação com uma perspectiva crítica e participativa.

No entanto, as pesquisas se diferenciam no âmbito geográfico e metodológico, o que contribui para a diversidade de manifestações do ecofeminismo na EA. Enquanto alguns trabalhos focalizam comunidades urbanas periféricas, em contextos marcados por injustiças ambientais e luta popular, outros se dedicam a entender as relações de mulheres do meio rural com a natureza, ressaltando as particularidades das experiências vividas em diferentes territórios. Além disso, abordagens que exploram as dimensões culturais e simbólicas, como as de Ramos (2020) e Silva (2001), ampliam a perspectiva ao reconhecer práticas como a dança, a música, a devoção e o modo de vida relacionado à produção alimentar sustentável como formas de resistência e cuidado ambiental. Essas práticas demonstram que o ecofeminismo não se limita a espaços formais de educação, mas se manifesta também nas expressões culturais e nas lutas cotidianas.

Por outro lado, a investigação de Schlee, Henning e Ribeiro (2020) destaca a dimensão sensível e poética das relações entre as mulheres e o ambiente natural, ao analisar narrativas literárias que ilustram a vida no pampa, conectando afetos, trabalho e identidade cultural. Essa abordagem reforça a

pluralidade de vozes e métodos para compreender o ecofeminismo, sugerindo que a experiência ambiental inclui elementos subjetivos e simbólicos fundamentais. Ao nos deparar com esses trabalhos que colocam em cena as experiências ecofeministas, nos coloca a pensar e a convidar Vandana Shiva (1991) a acrescentar nas discussões destas produções. Ao defender em falar que a prática do ecofeminismo é fundamental para combater a violência ambiental, e que ao integrar as mulheres nas soluções ecológicas, é possível restaurar a harmonia entre a sociedade e a natureza, construindo uma agricultura mais sustentável. Outra mulher ecofeminista e importante para a discussão pautada neste grupo é a Maria Mies (1999), que defende que práticas ecofeministas são indispensáveis para a luta contra a globalização neoliberal, pois ao empoderar as mulheres na gestão dos recursos naturais, cria-se uma resistência sustentável que beneficia tanto as comunidades locais quanto o meio ambiente.

Assim, embora as pesquisas se apoiem em premissas similares, como a integração de gênero, justiça social e educação participativa, elas também revelam diferentes formas de viver e pensar o ecofeminismo em seus contextos específicos. Essa pluralidade evidencia a complexidade do campo e a riqueza das experiências que podem contribuir para uma EA mais inclusiva e crítica. Os 6 (seis) trabalhos que pertencem a este grupo são importantes para pensar e discutir as experiências Ecofeministas no campo da EA. A ecofeminista Karen Wallen (2000) nos ensina que colocar em prática as experiências ecofeministas é um passo essencial para criar uma sociedade mais justa e sustentável, onde as mulheres possam viver de acordo com sua conexão ancestral com a terra, alterando a lógica de exploração presente nas relações de poder. Essas pautas dão voz a nós mulheres nas lutas ambientais e sociais, sendo uma das formas de resistências.

II- Ecofeminismo como Dispositivo para Lutar Contra as Desigualdades Ambientais e sociais

Este grupo é dedicado a trabalhos que utilizam o ecofeminismo como uma ferramenta para combater as desigualdades sociais, de gênero, econômicas e raciais. O foco está em como o ecofeminismo pode servir como um mecanismo de luta contra a opressão social, especialmente dentro do contexto de EA. Com 5 (cinco) trabalhos das autoras: Lamim-Guedes e Inocêncio (2013); Assis e Kato (2023); Silva e Freitas (2021); Braido e Caporlingua (2013); e Silva e Freitas (2020).

Uma linha de força atravessa todos os trabalhos: a rejeição à narrativa dominante que dissocia a degradação ambiental das desigualdades sociais. Entendemos a narrativa como uma “cadeia de signos com sentidos sociais, culturais e/ou históricos particulares, e não gerais” (Squire, 2014, p.273), em outras palavras ela pode implicar nos “conjuntos de signos que se movimentam temporalmente, causalmente ou de alguma outra forma socioculturalmente reconhecível e que, por operarem com a particularidade e não com a

generalidade, não são reduzíveis a teorias" (Squire, 2014, p.273). O ecofeminismo, nesse contexto, é mais que teoria, é um dispositivo político e formativo, que desenha caminhos de resistência, reexistência e reconstrução de sentidos para a EA. No trabalho de Lamim-Guedes e Inocêncio (2013), o debate em torno da sustentabilidade desloca-se do campo técnico para o terreno das relações de poder. Ao mirar nas populações empurradas para as margens não apenas por sua condição econômica, mas por seu pertencimento racial, étnico e de gênero, a pesquisa evidencia o papel estratégico das mulheres no enfrentamento de problemas estruturais como a insegurança alimentar, o colapso climático e a exclusão no acesso a direitos básicos. A leitura crítica propõe que não há sustentabilidade possível sem justiça social e equidade de gênero.

As autoras Assis e Kato (2023) propõem uma escuta sensível das vozes femininas em um assentamento rural atravessado por tensões com o agronegócio. A força do trabalho reside na atenção ao modo como os conflitos cotidianos, ao impactarem a produção e as formas de convivência, também operam como experiências pedagógicas. A partir das narrativas dessas mulheres, emerge a possibilidade de compreender o conflito não como obstáculo, mas como terreno fértil de formação política, protagonismo e reinvenção da vida coletiva. Já em Silva e Freitas (2021), o foco recai sobre mulheres urbanas em situação de vulnerabilidade que constroem práticas solidárias por meio de uma organização popular de base. O trabalho, sustentado por uma abordagem de pesquisa-ação, articula saberes, afetos e ações transformadoras, demonstrando como a EA, quando crítica e comprometida com a justiça social, pode ser um instrumento para reconstruir vínculos e estimular a intervenção coletiva sobre a realidade. O ecofeminismo atua aqui como chave hermenêutica para interpretar e reconfigurar as relações opressoras do sistema capitalista-patriarcal.

Na pesquisa documental de Braido e Caporlingua (2013), o olhar recai sobre comunidades pesqueiras do sul do Brasil. O texto revela a invisibilidade institucional das mulheres nas colônias de pesca e a ausência de políticas públicas inclusivas. A EA é convocada como prática democratizante, capaz de promover o reconhecimento dos saberes locais, ampliar a participação cidadã e gerar enfrentamentos concretos às desigualdades estruturais no setor pesqueiro. Por sua vez, Silva e Freitas (2020) operam em um registro mais conceitual, interrogando os alicerces da sociedade moderna e propondo a EA crítica como caminho de reorientação civilizatória. O trabalho não recorre a experiências empíricas, mas propõe uma reflexão densa sobre os mecanismos de controle e alienação nas relações sociais e ambientais, sinalizando que uma transformação efetiva exige a reconstrução dos próprios modos de pensar, sentir e agir condição para a emancipação humana e planetária.

Mesmo que inseridas sob um mesmo eixo temático, essas cinco pesquisas percorrem trilhas distintas: umas mergulham em narrativas vivas, outras tecem reflexões abstratas; algumas falam do campo, outras da cidade; umas se debruçam sobre o cotidiano, outras sobre estruturas de poder. No

entanto, todas convergem na aposta de que o ecofeminismo, ao romper com paradigmas fragmentários e hierárquicos, pode oferecer uma cartografia ética e política para reinventar a EA em direção a uma sociedade mais justa, plural e ecologicamente comprometida. Mulheres e pesquisadoras como Shiva (1988); Mies (1998); Warren (2000) e Segal (2013), nos mostram que o ecofeminismo é uma ferramenta essencial na luta contra as desigualdades ambientais e sociais. Não apenas porque integra a preservação ambiental com os direitos das mulheres, especialmente aquelas que vivem nas margens da sociedade, mas funciona como uma crítica ao capitalismo patriarcal, que explora tanto a natureza quanto as mulheres e questiona as hierarquias dominantes e cria novas formas de organização social e ecológica, que incluem a igualdade entre os seres humanos e a natureza.

Esse grupo apresentou 5 (cinco) investigações que pautam o quanto o Ecofeminismo é um dispositivo importante para lutar e resistir contra as desigualdades sociais. Inserir nós mulheres nas soluções ambientais, fortalece as comunidades e promove um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

III- Teorias e Filosofias do Ecofeminismo na Educação Ambiental

Este grupo é dedicado a trabalhos que exploram as bases teóricas e filosóficas do ecofeminismo, refletindo sobre como o ecofeminismo é um paradigma para entender as relações entre mulheres e natureza e como essas perspectivas podem ser aplicadas à EA. Com 7 (sete) pesquisas das autoras: Ciommo (1998); Ingrasiotano (2017); Bezerra (2020); Storey (2003); Schlee (2018); Podewils e Pedruzzi (2021); e Barbosa e Catalão (2013).

Ainda que cada pesquisa percorra trilhas próprias, ora pelo viés espiritual, ora pelo caminho político-estrutural, ora por abordagens simbólicas e etnográficas, o que as une é a aposta no ecofeminismo como matriz epistêmica capaz de tensionar a racionalidade hegemônica moderna, propondo, em seu lugar, uma ética relacional pautada no cuidado, na diversidade e na justiça. Essa convergência se evidencia, por exemplo, na maneira como os estudos de Ciommo (1998), Bezerra (2020) e Podewils & Pedruzzi (2021) articulam, cada um à sua maneira, a crítica às lógicas dominantes de produção e reprodução social. Enquanto Ciommo já antecipava, no final dos anos 1990, a potência pedagógica de práticas desenvolvidas por ONGs que entrelaçavam pautas feministas e ambientais no eixo Rio-São Paulo, revelando a inseparabilidade entre questões ecológicas e de gênero, Bezerra resgata o pensamento de Vandana Shiva para construir pontes com o currículo escolar, enfatizando a importância de uma educação que valorize a diversidade biocultural como resistência à monocultura do saber. Ambas ecoam, com intensidades distintas, a crítica de Podewils e Pedruzzi ao modo como o capitalismo moderno estrutura a invisibilização do trabalho reprodutivo, a exploração dos corpos femininos e a degradação ambiental, numa leitura marcadamente materialista e dialética. O elo entre essas três abordagens está na compreensão de que a EA, para ser

transformadora, precisa reconhecer os vínculos entre ecologia, justiça social e gênero ainda que o ponto de partida e o foco de cada uma varie.

Por outro lado, os trabalhos de Ingrasiotano (2017), Barbosa & Catalão (2013) e Storey (2003) aproximam-se do resgate de uma dimensão simbólica, sensível e espiritual da relação entre mulher e natureza, que se expressa em diferentes estratégias pedagógicas de reconexão com a vida. Ingrasiotano evoca o sagrado feminino e as cosmologias ancestrais como chaves para uma educação pautada na escuta, no cuidado e na valorização do corpo-terra como unidade ontológica. Essa proposta encontra ressonância na pesquisa de Barbosa e Catalão, que, ao explorar a simbologia da água como metáfora do feminino profundo, defendem uma pedagogia da reumanização e da reconciliação sensível com a natureza. Storey, embora com uma densidade ontológica menor, também se insere nesse universo ao valorizar as narrativas e práticas artesanais de mulheres amazônidas como formas de expressão de pertencimento ecológico e resistência cultural. Nas três pesquisas, o ecofeminismo emerge como ferramenta de escuta das subjetividades e das cosmovisões que foram historicamente marginalizadas pela razão moderna ocidental, aqui, a EA não se apresenta apenas como espaço de denúncia, mas como experiência de reencantamento do mundo.

Contrastando com essa abordagem sensível, mas sem romper com ela, a análise desenvolvida por Schlee (2018) propõe uma leitura arqueogenealógica dos discursos que associaram mulher e natureza nas instâncias internacionais do ambientalismo e da política de gênero. Seu trabalho, ancorado no pensamento foucaultiano, distancia-se das narrativas essencialistas e questiona os regimes de verdade que naturalizaram essa associação ao longo do tempo, indicando como esses discursos foram atravessados por estratégias de poder e normatização. Apesar do tom crítico às ontologias naturalizantes, Schlee compartilha com os demais autores a aposta na desconstrução das lógicas hegemônicas e na necessidade de reinventar os modos de pensar e praticar a EA.

Em síntese, o que une esses sete trabalhos é a compreensão de que o ecofeminismo, em suas múltiplas vertentes oferece um campo fértil para reimaginar a EA como prática ético-política. Ao mesmo tempo, as diferenças entre eles revelam a riqueza e a complexidade desse campo: há quem aposte em cosmologias do sagrado, quem denuncie os mecanismos de exploração sistêmica, quem proponha oficinas educativas baseadas no fazer artesanal ou quem investigue os discursos institucionais para revelar seus limites e contradições. Essa pluralidade, longe de fragmentar o grupo, o fortalece, pois demonstra que os ecofeminismos na EA não é uma doutrina fechada, mas um horizonte de pensamento e ação aberto à escuta, à crítica e à transformação.

Como cartógrafos em movimento de investigação por esses mares de palavras, nos entusiasmamos a encontrar um grupo que tem pesquisado as teorias e filosofias ecofeministas na EA. Temos dialogado também através de leituras com outras autoras Ecofeministas que tem nos ensinado que a filosofia

ecofeminista oferece uma base ética para reimaginar as relações entre seres humanos e a natureza, integrando a igualdade de gênero e a justiça ambiental nas práticas educacionais. Isso oferece uma perspectiva pós-crítica importante para a EA (Warren, 2000). Shiva (1988) ainda nos propõe que as filosofias ecofeministas devem ser adotadas na EA para questionar as narrativas dominantes que associam o progresso à destruição ambiental e marginalização das mulheres, promovendo uma educação que (re)estabeleça os princípios de respeito e reciprocidade com a natureza. Este último grupo, nos revela que as teorias e filosofias ecofeministas estão se consolidando como um importante eixo nas pesquisas no campo da EA. Essa expansão amplia o debate ao evidenciar que tanto os Ecofeminismos quanto a EA têm se preocupado não apenas com as experiências e vivências, que por si só já geram um vasto repertório de conhecimentos, mas também com o impacto que as teorias e filosofias ecofeministas têm no avanço das discussões dentro da EA, proporcionando-lhes uma maior profundidade.

Convidamos autores/as que somam a este debate, como Plumwood (1993), ao afirmar que a filosofia ecofeminista critica as divisões hierárquicas entre natureza e cultura e desafia o domínio patriarcal sobre o meio ambiente. Esse enfoque é fundamental para a EA, pois revela formas de opressão que atingem mulheres e natureza, propondo alternativas de igualdade e respeito. Shiva (1988) argumenta que as teorias ecofeministas oferecem base sólida para a EA ao destacar a conexão espiritual e física das mulheres com a natureza. Já Merchant (1980) defende que a EA precisa adotar uma perspectiva ecofeminista para desconstruir narrativas históricas que associam a natureza ao feminino, a fim de restaurar o equilíbrio ecológico e transformar estruturas sociais e educacionais. Entendemos que “é na própria resistência do coletivo que se encontram as mudanças pretendidas, que nesse caso precisa chegar em todos os setores da sociedade” (Filho; Melo, 2025, p. 389).

Como cartógrafos em alto-mar, partindo do território existencial de Guattari, exploramos os entrelaçamentos entre Ecofeminismos e Educação Ambiental. Cada pesquisa encontrada foi mapeada, agrupada por afinidades e analisada em suas rotas e conteúdos. Mais do que registros descritivos, essas investigações revelam modos de ser e estar que deslocam e tensionam o campo da EA. As contribuições ecofeministas, sejam práticas, teóricas ou filosóficas, tornam-se essenciais para problematizar, expandir horizontes e ressignificar as práticas educativas e epistemológicas da área.

Inconclusões do Mapa

Nosso objetivo foi mapear as produções acadêmicas brasileiras em Educação Ambiental que abordam os Ecofeminismos. Iniciamos a pesquisa nos repositórios da Plataforma Fracalanza, do EPEA e da ANPED. Cada trabalho encontrado, como uma estrela no céu, aproximou-nos da compreensão da extensão do campo, mostrando que os Ecofeminismos vêm conquistando espaço nas investigações sobre a EA. O campo da Educação Ambiental, como

um oceano imenso, se expande a cada onda de novos estudos em todas as regiões do Brasil. Contudo, ao focarmos nos ecofeminismos, percebemos que as correntes não são igualmente fortes: as produções acadêmicas concentram-se no Sul e Sudeste, enquanto o Centro-Oeste registra apenas uma produção e Norte e Nordeste parecem permanecer em silêncio nos repositórios investigados.

Como cartógrafos e pesquisadores/as nordestinos/as, a ausência de produções sobre ecofeminismos na Educação Ambiental no Norte e Nordeste nos provocou reflexões. Com base em Candiotto (2021), entendemos que a transformação das relações de gênero raramente parte de iniciativas masculinas, cabendo às mulheres, por meio dos movimentos feministas, desestabilizar papéis tradicionais e criar condições para que alguns homens se engajem como aliados, “não para falar em nome das mulheres, mas para caminhar junto a elas” (Candiotto, 2021, p. 32). Ao relacionarmos essa compreensão ao cenário encontrado, percebemos que a paisagem acadêmica no Norte e Nordeste pode não revelar toda a sua extensão. Como aponta Reis (2020, p. 155; p. 157), as paisagens “condicionam materialmente e imaterialmente novas experiências ambientais que produzirão novas paisagens sucessivamente” e “não temos como definir onde começa e onde termina uma paisagem ou um ambiente”. Assim, a ausência de trabalhos nesta investigação não significa inexistência de produções, mas indica que novas paisagens acadêmicas podem surgir ao explorarmos outros ângulos e fontes.

É importante destacar que a ausência de trabalhos nos repositórios analisados não indica a inexistência de produções relevantes no Norte e Nordeste. Sabemos que há movimentos vivos, saberes potentes e pesquisas críticas em andamento. Um exemplo é a tese de doutorado de Mayara Gomes, da UFPB, “Mulheres em Marcha pela Vida e pela Agroecologia: uma mirada (eco)feminista da transição energética e incidências na educação ambiental”, que evidencia como práticas ecofeministas nos territórios nordestinos influenciam a EA. Também os movimentos sociais, como a Marcha das Margaridas da Paraíba, reafirmam uma epistemologia insurgente, feita de corpos, terras e resistências.

É importante ressaltar que o Nordeste brasileiro, desde o período colonial, tem sido atravessado por lógicas de subalternização, violência e apagamento. A região ainda sofre os efeitos de um projeto de país desigual, em que investimentos em pesquisa e educação sempre favoreceram o Sul e o Sudeste. O desfinanciamento crônico das universidades nordestinas, somado ao número menor de instituições de ensino superior em comparação a outras regiões, ajuda a explicar a menor visibilidade de pesquisas nos bancos oficiais. No entanto, essa menor visibilidade não significa ausência de pensamento: no Nordeste, a ciência é construída coletivamente, com os recursos disponíveis. Com o avanço de políticas públicas que buscam equilibrar a distribuição regional de recursos, torna-se urgente reconhecer e valorizar as vozes e saberes que emergem desta terra. A ausência de produções em nosso recorte específico denuncia marés assimétricas que ainda moldam o acesso à ciência, à memória e ao

reconhecimento institucional, especialmente em regiões que concentram altos índices de feminicídio e violência de gênero.

Portanto, a ausência que encontramos não indica falta de vida, mas de visibilidade. Como cartógrafos em alto-mar, aprendemos que nem todo território aparece nos mapas oficiais; alguns estão nas entrelinhas, nas margens, nas vozes que persistem apesar das correntes contrárias. O movimento acadêmico nessas regiões concentra-se em outras vertentes da EA, como agricultura sustentável, conflitos de terra e preservação dos ecossistemas. Esses temas ocupam o centro das atenções, mas o ecofeminismo, embora marginalizado, permanece como uma rota de descoberta e transformação. Com o tempo, é possível que novos ventos de mudança impulsionem a produção acadêmica em Educação Ambiental com foco nos ecofeminismos no interior dessas regiões. Esta pesquisa, como um farol, busca iluminar caminhos para futuras investigações, abrindo novas rotas nesse oceano de saberes. O mapa traçado não apenas aponta as águas mais conhecidas, mas funciona como âncora, incentivando que novas pesquisas surjam, especialmente em regiões com menor frequência de estudos. Convidamos pesquisadores e pesquisadoras a explorar essas correntes, expandindo as margens de uma abordagem transformadora que pode trazer novas perspectivas para a EA.

Em uma jornada onde ventos de mudança se cruzam, os Ecofeminismos surgem como bússola indispensável para reorientar nossos rumos. Não se tratam apenas de um debate acadêmico, mas de uma necessidade urgente, uma estrela-guia que nos conduz a águas mais justas e sustentáveis, onde humanos e não humanos coexistem em harmonia. É nesse horizonte que se anunciam novas rotas: o que a presença dos corpos femininos, dissidentes e racializados nos territórios pode ensinar sobre a Educação Ambiental? Como as práticas ecofeministas podem inspirar metodologias mais sensíveis, participativas e comprometidas com a justiça socioambiental? E de que forma os saberes ecofeministas, ancorados em experiências, resistências e justiça, podem reconfigurar as práticas pedagógicas da EA?

Referências

AGARWAL, Bina. The gender and environment debate: Lessons from India**.** **Feminist Studies**, College Park, v. 18, n. 1, p. 119–158, Spring 1992. DOI: 10.2307/3178217.

CARVALHO, Isabel Cristina de M.; SAMPAIO, Gabriela. Hannah Arendt: natureza, história e ação humana. In: **PENSAR o ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental**. Coleção Educação para Todos. Brasília: Ministério da Educação, 1. ed., 2009.

CANDIOTTO, Cesar. Michel Foucault e o feminismo: algumas ferramentas conceituais. **Revista Pistis & Praxis**, *[S. l.]*, v. 13, 2021. DOI: 10.7213/2175-1838.13.espec.DS01. Disponível em:

https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/27689. Acesso em: 14 ago. 2025.

CUNHA, Marlécio Maknamara da Silva. Educação Ambiental e Nordestinidade: desafios à práxis ecologista**. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA),** *[S. l.]*, v. 7, n. 2, p. 10–17, 2013. DOI: 10.34024/revbea.2012.v7.1731. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/1731. Acesso em: 7 jul. 2026.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: 34, 1995. v.1 e 2.

DELEUZE, Gilles. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Rio de Janeiro: 34,1997. v.4 e 5.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles; FOUCAULT, Michel. **Tradução de Luiz Carlos Borges**. 10. ed. São Paulo: Editora 34, 2006.

GARCIA FILHO, Baltasar Fernandes; MELO, Ismail Barra Nova de. **Há possibilidade de outra Educação Ambiental, além da capitaneada pelo mercado global? Revbea – Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 20, n. 5, p. 383-395, 2025. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/19923/14122. Acesso em: 16 ago. 2025.

GAUDIANO, Edgardo. **Educação ambiental**. Tradução de Luís Couceiro Feio. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2005.

GURGEL, Evanilson; MAKNAMARA, Marlécio. Antologia de um currículo: notas esquizoanalíticas para cartografar narrativas seriadas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, e242904, 2022.

LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco, 1964.

MAKNAMARA, Marlécio. 2021. ***Caderno de Letras*****, Pelotas**, n. 40, p. 197-208, maio-ago. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/cadernodeletras/article/view/20750/13490. Acesso em: 17 jan. 2025.

MERCHANT, Carolyn. **The death of nature: women, ecology, and the scientific revolution.** San Francisco: Harper & Row, 1980.

MIES, Maria. **Patriarchy and accumulation on a world scale: women in the international division of labour**. London: Zed Books, 1998.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminism**. London: Zed Books, 1993.

OKOLI, Chitu. **Guia para realizar uma revisão sistemática da literatura**. **EaD em Foco**, v. 9, n. 1, p. 1-40, 2019.

OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira; PARAÍSO, Marlucy Alves. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação. **Pro-Posições,** Campinas**,** SP, v. 23, n. 3, p. 159–178, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8642843. Acesso em: 17 jan. 2025.

PARAÍSO, Marlucy. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 283-303, maio/ago. 2004.

PEREZ, Olivia; RICOLDI, Arlene. A quarta onda feminista no Brasil**. Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, v. 31, n. 3, e83260, 2023. DOI: 10.1590/1806-9584-2023v31n383260. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/3D7wfT8QmwRfJMv38PrG4tN/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 8 mar. 2025.

PLUMWOOD, Val. **Feminism and the mastery of nature**. London: Routledge, 1993.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

REIS, Matheus. Cartografia ambiental: uma perspectiva a partir da propagação das lianas. **Alegrar**, n. 25, jan./jul. 2020. Disponível em: http://www.alegrar.com.br. Acesso em: 14 ago. 2025.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**. São Paulo: Hucitec, 1989.

SEGAL, Lynne. **Out of time: the pleasures and perils of ageing**. London: Verso, 2013.

SHIVA, Vandana. **Staying alive: women, ecology, and development.** London: Zed Books, 1988.

SHIVA, Vandana. **The violence of the green revolution: Third World agriculture, ecology, and politics.** London: Zed Books, 1991.

SQUIRE, Corinne. O que é narrativa? **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 272-284, maio/ago. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/civitas/a/hpRyww6d63ZJFHPM6nXyRjF/abstract/?lang=pt. Acesso em: 14 ago. 2025.